

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE POLICIAIS COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Conceição Novaes¹; Natália Petersen Nascimento Santos²

¹Discente do Bacharelado em Direito (UNIMAM) felipenovaes17@outlook.com; Bacharelado em Direito. ²Doutora em Direito e Mestra (UFBA), Professora Orientadora (UNIMAM), nat_petersen@hotmail.com.

Os profissionais da segurança pública são apontados como os mais propensos a desenvolverem problemas psicológicos decorrentes da atividade laborativa, conforme as taxas apresentadas pelo Anuário de Segurança Pública de 2022. Após uma análise detida, é possível identificar que tais números são altos, superando a taxa da população em geral. Nota-se, com isso, a ocorrência de falhas na prestação do direito à saúde oferecida pelo Estado, posto a clara ineficiência na solução ou amenização do referido problema. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o tratamento da saúde mental de policiais, civis e militares, pode interferir na prestação da segurança pública adotada no Brasil. Para tanto, haverá a necessidade de identificar quais as atuais as políticas de saúde no tratamento de doenças mentais, quais são as condições do referido serviço, caso ele seja disponibilizado aos oficiais; esclarecer, ainda, qual é o papel do Estado na efetivação do direito Constitucional a saúde e como o acompanhamento psicológico de seus agentes impacta na segurança pública enquanto prestação Estatal. A execução do trabalho será feita a partir de uma revisão bibliográfica, com pesquisa em artigos selecionados dos bancos de dados de periódicos da Scielo, Lilacs e CAPES, filtrando apenas os artigos publicados nos últimos cinco anos, bem como dados obtidos por meio da análise de Anuário de Segurança Pública de 2022. Por fim, espera-se encontrar programas, projetos e implementações que visam melhorar a qualidade vida do agente de segurança no quesito saúde mental, bem como mostrar a gravidade do assunto e a extrema necessidade do debate no meio acadêmico.

Palavras-chave: Segurança Pública. Suicídio Policial. Saúde Pública.